

A missão de Sarney

O PRESIDENTE José Sarney apresentou ao seu Ministério — na reunião de ontem — documento que não se limita a reiterar os compromissos políticos, sócio-econômicos e éticos da Nova República mas inventaria resultados significativos em vários setores da administração pública e no campo da reconstrução institucional do País.

VERIFICA-SE que o clima de mudança prometido pela Aliança Democrática já se acha instalado na realidade brasileira, apesar de todos os imprevistos e percalços da fase inaugural. Os fatos e os números expostos por Sarney, a propósito da operosidade governamental, correspondem a situações visíveis. Por outro lado, os estilos políticos e administrativos agora postos em prática são bem diversos dos conhecidos até 15 de março.

AI ESTÁ a inflação de abril reduzida a 7,2 por cento. O superávit da balança comercial voltou a ultrapassar a marca de um bilhão de dólares. No capítulo dos gastos públicos, tivemos o corte e a seletividade. O crescimento da base monetária foi desacelerado. Investiu-se contra o abuso dos desperdícios e das mordomias. E tudo isso sob o cerco de muitos fatores adversos, a maior parte herdados da situação anterior e outros por conta de forças desgarradas do projeto de mudança, aquelas que vêm liderando em geral os movimentos grevistas em série.

O GOVERNO Sarney se sente mesmo em condições de dar partida às prioridades sociais estabelecidas no "Compromisso com a Nação", da Aliança Democrática, através do Plano de Emergência para 1985 que contempla programas para as áreas de alimentação, saúde, saneamento básico e habitação popular, ampliação do emprego, segurança pública, desenvolvimento rural do Nordeste, recuperação das infra-estruturas danificadas pelas enchentes — sempre em direção às camadas mais carentes da população brasileira.

ENTENDE-SE a urgência com que o Governo quer enfrentar as graves manifestações da fome e da miséria. Mas a "opção pelos

pobres" da Nova República não deveria cometer o erro de um distributivismo inflacionário, antecipando-se com investimentos sociais incompatíveis no contexto de um déficit de caixa agora desmascarado de Cr\$ 84,9 trilhões. Entretanto Sarney assegura que os recursos de Cr\$ 12,9 trilhões alocados para o Plano de Emergência provêm de origem não inflacionária. Nesses termos a sociedade brasileira só pode dar seu cauteloso apoio às medidas adotadas, particularmente as relativas à alimentação e ao emprego.

A LINGUAGEM sem subterfúgios do Presidente, na sua fala ao Ministério, é a que se espera da Nova República e precisa tornar-se invariável. O déficit colossal de Cr\$ 84,9 trilhões foi posto a nu, assim como apontada a multiplicidade de orçamento como grande responsável pelo legado do "caos das contas públicas e de uma máquina administrativa emperrada, sem agilidade e desestimulada".

A MESMA franqueza com que Sarney condenou os erros pretéritos serviu para exigir do Ministério um comportamento de unidade e coesão, sob o comando de sua incontestável autoridade determinante e decisória. A falta de recursos não pode justificar a inoperância, a criatividade terá de substituir a escassez de meios. "O Governo não é uma festa — advertiu por outro lado o Presidente —, mas o exercício de uma missão. Assim, deve ser austero e humilde."

A ENÉRGICA e disciplinadora palavra de ordem de Sarney certamente porá um freio aos surtos de divergência que se têm manifestado nos círculos ministeriais, em torno de determinadas diretrizes administrativas básicas. E no que respeita ao tópico do pronunciamento de ontem reservado às greves de natureza política e objetivos desestabilizadores, a Nação espera que o Presidente da República se aprofunde no compromisso de barrar-lhes, efetivamente, a marcha ameaçadora e anárquica.

SARNEY também transmite as boas novas do trabalho de reformulação institucional bastante adiantado e com acerto se refere

à necessidade de um projeto político unificado para a Nova República. Deveria ter ficado por aí, sem sentir-se obrigado também a mandar para o Congresso o projeto que define a fórmula da eleição direta do seu sucessor, acrescida da novidade da exigência da maioria absoluta de votos no primeiro pleito ou o recurso a um segundo turno por maioria simples, disputado apenas pelos dois candidatos mais votados.

O OBJETIVO do Presidente, apresentado na sua Exposição de Motivos, foi dar uma demonstração inequívoca de que o Governo não faltará ao solene compromisso inscrito no programa da Aliança Democrática, em nome da nossa própria tradição republicana, da pregação constante de Tancredo Neves e das aspirações do povo brasileiro exaustivamente expressas nas praças públicas. Mas a tarefa deveria ficar a cargo da Assembléa Nacional Constituinte, a instância adequada para estabelecer os princípios cardeais do nosso processo de redemocratização — como aliás reconhece o próprio Sarney.

ESTAMOS agora diante de um fato consumado que não suscita ressalva quanto ao mérito — inclusive na parte relativa aos dois turnos eleitorais — mas justifica apreensões pelo flanco que pode oferecer aos artífices e adeptos de uma nova forma de golpismo: aquele que desfralda a bandeira requentada das diretas-já, maquinando portanto a brusca interrupção do mandato legítimo do atual Governo para abrir espaço a sôfregos projetos pessoais de conquista do poder, sob inspirações que nada têm a ver com o movimento de mudança consubstancial na campanha e na vitória de Tancredo Neves e José Sarney.

SARNEY cedeu antes de tudo a convicções íntimas e a apelos da melhor convicção democrática, mas infelizmente acabou cedendo também a pressões inoportunas, a desconfianças descabidas e ainda a cálculos maliciosos de certas origens políticas já demasiado a descoberto. Em todo caso, sempre haverá lugar para as atitudes compensatórias da vigilância e da neutralização estratégica, em defesa da intangibilidade da Nova República.